



Um tributo à humanidade

Gaudêncio Torquato (*)

A história se repete. O presidente Bolsonaro anuncia a intenção de descentralizar investimentos em cursos de filosofia e sociologia, sob o argumento de que o desenvolvimento do país requer carreiras técnicas

Em 1970, o ditador Médici quis fazer uma reforma do ensino médio. Depois de 60 dias, um grupo apresentou um projeto para acabar com o “ensino verbalístico, propedêutico e acadêmico”, substituindo-o por uma formação técnico-profissional capaz de preparar o jovem para ingressar no mercado de trabalho. O Brasil vivia o “milagre econômico”. O que o regime militar pretendia era reduzir a demanda por vagas no ensino superior, formar profissionais para atender supostas necessidades do mercado e eliminar o debate ideológico nos bancos da academia.

Hoje, essa intenção volta à tona com a reiterada intenção do governo Bolsonaro de limpar a Universidade pública do “marxismo cultural”, conforme prega o grupo que deseja contrapor sua visão ideológica à “doutrinação de esquerda” no ambiente acadêmico. O espaço que o governo escolhe para fazer sua “revolução” é o de Ciências Humanas, mais especificamente os cursos de filosofia e sociologia, aos quais procura atribuir insignificância.

Para Bolsonaro e seu núcleo educacional, o que o Brasil precisa é de engenheiros, médicos, dentistas, agrônomos, veterinários, enfim, profissionais de ciências exatas e biomédicas. Pensadores, que se transformam em debatedores, contestadores, pessoas de intenção crítica, essas, nem pensar. Fogos. Até porque são esses nichos que os bolsonaristas e seu guru, Olavo de Carvalho, identificam levas de socialistas e comunistas.

O fato é que ontem como hoje, governos com algum traço militarista se mostram profundamente contrariados com o questionamento que sofrem, principalmente de vertentes fincadas na Universidade pública. (A propósito, não são os militares da estrutura governamental quem defende a “limpeza” no espaço acadêmico. Os integrantes das Forças Armadas, reformados, que estão na administração, sinalizam interesses centrados

no desenvolvimento nacional).

A pregação de Bolsonaro mais se assemelha a uma toada de refrãos. Até porque os cursos de filosofia e sociologia representam menos de 2% do total de alunos de graduação das federais, ou seja, 25.904 de um total de 1.283.431 alunos. E na pós-graduação, essa percentagem é de 2,5% do total de programas de mestrado e doutorado. Somente 1,4% dos gastos do CNPQ, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados às ciências sociais.

Dito isto, cheguemos ao cerne da intenção do presidente e seu entorno conservador. Trata-se de querer jogar fora do baralho educacional as cartas que propiciam leitura crítica da realidade brasileira. Não se quer dizer que esta leitura não possa ser feita por outras áreas do conhecimento. Mas é na filosofia e na sociologia, dois eixos das ciências humanas, que os cidadãos encontram os fundamentos para explicar a própria história da Humanidade.

Vejam o termo aqui expresso: Humanidade. O conjunto dos humanos que habitam o planeta, a longa caminhada de sua trajetória, a evolução de seus passos, os ciclos de sua história, as diferenças sócio-culturais das gentes, a evolução de seu pensamento. Atirar contra a filosofia e a sociologia é querer excluir da aprendizagem clássicos do pensamento, dentre eles Sócrates, Platão, Aristóteles, Tales de Mileto, Pitágoras, Xenófanes, Heráclito, Diógenes, Demócrito, Arquimedes, Ptolomeu, Sêneca, Cícero, Tomás de Aquino, para citar alguns entre os mais antigos.

Ou ainda Erasmo, Maquiavel, Bacon, Newton, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Pascal, Spinoza, John Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Kant, Schopenhauer, Comte, Stuart Mill, Marx, Bertrand Russel, Marcuse, Heidegger, Sartre, Bobbio, Camus, Foucault, Harbermas, Baudillard, Castoriadis, entre tantos outros. Sem deixar de lado esses três: Marx, Durkheim e Max Weber. (Quem se habilita a inserir na lista Olavo de Carvalho?)

Queimar o pensamento de figuras dessa estatura é apequenar a História do Homem em seu habitat. Inserir-los na mesa de estudos é prestar um tributo à Humanidade.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação
Twitter@gaudtorquato. Acesse o blog (www.observatoriot politico.org).

Proibição de canudos e sacolas plásticas na pauta do Senado

O Plenário do Senado terá sessão deliberativa hoje (7), para analisar uma pauta com 12 proposições

Entre elas, estão dois projetos sugeridos a partir da iniciativa popular: o que proíbe canudos e sacolas de plástico no Brasil; e o que exige a comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada em obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

De acordo com o texto, ficam proibidos a fabricação, a importação, a distribuição e a venda de sacolas plásticas para guardar e transportar mercadorias, além de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, como é o caso dos canudos. A exceção é para as sacolas e utensílios descartáveis feitos com material integralmente biodegradável.

No caso dos cosméticos com micropartículas de plástico, valem as mesmas proibições das sacolas e utensílios plásticos, além da proibição de registro.



A exceção é para as sacolas e utensílios descartáveis feitos com material integralmente biodegradável.

Essas micropartículas são usadas em vários produtos, como maquiagens, protetores solares e esfoliantes e podem se acumular nas águas de oceanos e rios.

Já no outro projeto, conforme

a proposta, os editais de licitação para aquisição direta ou indireta de produtos e subprodutos de madeira nativa deverão prever a comprovação de sua procedência. Seja madeira para escoramento,

toras, dormentes, mourões, lascas, pranchões, palanques e lenhas, ou subprodutos de madeira nativa em forma laminada, aglomerada, prensada, compensada ou desfolhada (Ag.Senado).

Carteira de radialista como identidade

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado se reúne amanhã (8) e pode aprovar o projeto que libera o uso da carteira de radialista como documentos de identidade. O projeto também define que o documento será emitido pelo sindicato da categoria. Os profissionais não sindicalizados terão direito à carteira se forem habilitados e registrados perante órgão regional do ministério nos termos da regulamentação da atividade.

O modelo da carteira de radialista deverá trazer a inscrição “válida em todo o território nacional” e conter, entre outras informações, os números do RG e do CPF, o número e série da Carteira de Trabalho e o número do registro profissional perante o órgão regional do Ministério do Trabalho. O projeto tem relatório favorável, sem emendas, do senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Caso seja aprovado, ainda terá que passar pela CCJ e pelo Plenário. Se não tiver o seu conteúdo alterado em nenhuma dessas etapas, poderá seguir para sanção presidencial. Se houver mudanças, voltará para a Câmara (Ag.Senado).

Líder quer aprovar reforma administrativa esta semana

O líder do Governo no Senado e relator da MP da Reforma Administrativa, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), disse ontem (6), que o governo trabalha para aprovar, já amanhã (8), na comissão parlamentar mista que analisa o assunto, o texto que estabelecerá a estrutura administrativa do governo Jair Bolsonaro. A MP estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

“Nossa expectativa é marcar a data de votação [na Comissão] para amanhã [8]. E que, aprovado [na comissão], [o plenário da] Câmara possa apreciar o relatório já na semana seguinte, ou na outra [ou seja, até o dia 24]”, disse Bezerra, lembrando que o prazo de validade da MP vence no dia 3 de junho.

Defendeu a permanência do Coaf no Ministério da Justiça, para onde foi transferido no início do ano. O ministro da Justiça, Sergio Moro, tem defendido que o órgão responsável por, entre outras



Líder do Governo no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE).

coisas, identificar e examinar movimentações financeiras suspeitas e comunicá-las às autoridades competentes permanentemente sob sua responsabilidade.

“Eu trouxe uma boa notícia ao ministro Moro. Após ouvir os presidentes da Câmara e do Senado e o ministro da Casa Civil, Onix Lorenzoni, nós vamos manter o Coaf no Ministério da Justiça no nosso relatório”, antecipou Bezerra, destacando que a aprovação da sugestão depende do trabalho

de convencimento dos parlamentares.

De acordo com Bezerra, nesse trabalho é preciso convencer os parlamentares de que garantias legais estarão asseguradas caso a permanência do conselho no Ministério da Justiça seja aprovada. “É preciso oferecer argumentos no sentido de dar as garantias individuais e constitucionais aos que são alvo de investigações”, disse o líder do governo (ABr).

Moro pede oportunidade de trabalho a presos

O ministro da Justiça, Sergio Moro, defendeu, ontem (6), que as empresas brasileiras contratem pessoas que cumprem pena ou que deixaram o sistema prisional. Para o ministro, é importante que os empresários ofereçam oportunidades aos presos que buscam uma oportunidade de se reinserir na sociedade por meio do trabalho e do estudo.

“Temos que acreditar na ressocialização do preso. Nunca podemos perder a fé e a esperança de que as pessoas podem se redimir. E uma das melhores maneiras é dar uma oportunidade para estas pessoas”, disse o ministro durante a cerimônia de entrega do Selo Resgata a 198 empresas de 15 estados. Juntas, estas empresas contratam 5.603 pessoas. A expectativa do ministério é ampliar este número para mil empresas em 2020 e atrair mais empresas privadas.

Lançado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no fim de 2017, o selo é uma estratégia federal de estímulo às empresas públicas e privadas,



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

bem como a órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária, para que contratem pessoas privadas de liberdade que estejam cumprindo penas alternativas ou que já tenham deixado o sistema prisional.

A contratação dos presos é feita por meio de convênios que as empresas habilitadas a apoiar o trabalho de ressocialização assinam com os governos dos estados onde atuam. A certificação da habilitação é a obtenção

do próprio Selo Resgata. Para obtê-lo, a empresa tem que contar com entre 1% e 3% de presos no total de mão de obra contratada, mediante o que, recebem algumas vantagens, como redução das despesas trabalhistas. Para o diretor-geral do Depen, Fabiano Bordignon, o maior benefício para os presos é a possibilidade de reduzir sua pena, já que, a cada três dias de trabalho, um dia é abatido da sentença a cumprir (ABr).

Guaidó estuda opções para tirar Maduro do poder

O deputado venezuelano e autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, avalia “todas as opções” para afastar o presidente Nicolás Maduro do poder. Em entrevista à BBC, ele não descarta um pedido de ajuda aos Estados Unidos para uma intervenção militar. As declarações foram feitas depois de uma tentativa para evitar uma rebelião militar no país.

Na entrevista, Guaidó afirma que, apesar do fracasso da recente tentativa de destituir Maduro, a sua imagem não está enfraquecida e nem se sente derrotado. Diz que o “único que realmente se machuca é Maduro”. “Ele tem perdido todas as vezes. Está cada vez mais fraco, cada vez mais sozinho e não tem apoio internacional. Pelo contrário, nós ganhamos aceitação, apoio e opções futuras”, acrescentou.

Em janeiro, Juan Guaidó declarou-se presidente interino da Venezuela e, enquanto líder da Assembleia Nacional, invocou a Constituição para assumir uma presidência interina. Afirmou então, e mantém até hoje, que a reeleição de Nicolás Maduro foi ilegítima (ABr).

Justiça aceita denúncia contra Temer, Padilha e Franco

A Justiça Federal em Brasília aceitou ontem (6) denúncia apresentada pelo MPF contra o ex-presidente Michel Temer, pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça; os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco também fazem parte da denúncia. Com a decisão, todos passam à condição de réus no processo.

O MPF sustenta que Temer e parlamentares do PMDB participaram de um suposto esquema de corrupção envolvendo integrantes do partido na Câmara, com objetivo de obter vantagens indevidas em órgãos da administração pública. Parte das acusações foi baseada nos depoimentos de delação de Joesley Batista e Ricardo Saud, ex-executivos do grupo J&F.

Na denúncia, a defesa de Padilha afirma que as acusações estão amparadas apenas em palavras dos delatores. Os advogados de Franco sustentam que o ex-ministro jamais participou de qualquer grupo para práticas de ilícitos. A defesa de Temer critica as delações e conduta de Janot à frente da investigação (ABr).

AGENDA DO EMPRESÁRIO
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO
TERÇA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 2019

- Eficiência
- Qualidade
- Confiância

www.oste-inc.com.br

NÃO CONSEGUE DECLARAR A DCTF-WEB
Empresa que não possui funcionário e entregou o cadastro do eSocial, não consegue declarar a DCTF-Web, como proceder? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA PRETENDE DEMITIR FUNCIONÁRIO QUE POSSUI APOSENTADORIA ESPECIAL, COMO PROCEDER?
Esclarecemos que não existe procedimento diferenciado na rescisão do empregado que tenha aposentadoria especial. Se a rescisão do contrato está partindo do empregador será uma dispensa sem justa causa normal, sendo devida as mesmas verbas rescisórias de uma dispensa sem justa causa.

FUNCIONÁRIO INAPTO PARA RETORNO AO TRABALHO
Funcionário afastado por acidente de trabalho, tendo seu benefício cessado pelo INSS, entretanto o médico do trabalho informou como INAPTO para retorno ao trabalho, como proceder? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

PRAZOS PARA ENTREGA
Quais os prazos para entrega da DCTF-WEB e quais empresas estão obrigadas a enviar a partir de janeiro/2019? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

DECLARAR O VALOR DAS HORAS EXTRAS
O valor das horas extras realizadas por funcionário deve ser declarado na RAIS, como proceder? Saiba mais acessando a íntegra do conteúdo no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

RETIRADA A TÍTULO DE PRÓ-LABORE
Produtor inscrito com CNPJ e em dia com as entregas do eSocial, deve obrigatoriamente fazer retirada a título de pró-labore? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

50 anos ORCOSE
Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 - www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP